

A RELAÇÃO ENTRE GRAMÁTICA E ESTILÍSTICA NA VOZ DOS LITERATOS

Marden Aleandro RANGEL (UFU)¹
Carmen AGUSTINI (UFU)²

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o imaginário dos literatos em relação ao fazer literário no que tange à relação entre Gramática e Estilística. Para tanto, realizamos uma análise comparativa ancorada nos pressupostos discutidos por Ginzburg (1986) e na Análise de Discurso de linha francesa. Trabalhamos, portanto, indícios normalmente negligenciáveis que fornecem uma base importante para análises de cunho interpretativo. O material de análise foi composto por textos de Gonçalves Dias, José de Alencar, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e José Lins do Rego. Textos em que esses autores abordam o fazer literário.

Palavras chaves: Literatura, gramática, estilística, imaginário.

Abstract: The present article aims at analysing the writers' imaginary in relation to the literary doing concerning the relation between Grammar and Stylistics. In order to do so, we made a comparative analysis based on the principles discussed by Ginzburg (1986) and on the French School of Discourse Analysis. We've researched about indications that are normally negligible which offer an important basis for the interpretative analysis. The analysis' material is composed of texts by Gonçalves Dias, José de Alencar, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa and José Lins do Rego. In these texts, the authors approach the literary doing.

Key-words: Literature, grammar, stylistic, imaginary.

1. Introdução

No presente artigo, analisamos, com base na Análise de Discurso de linha francesa e levando em consideração o paradigma indiciário, a fim de fazer trabalhar em nossa análise a relação-descrição-interpretação a partir de marcas lingüísticas que sustentam a leitura por nós realizada, o imaginário sob a relação entre Gramática e Estilística presente na voz dos literatos. Ao se apoiar no chamado "bom uso" da língua, a gramática estabelece normas de correção para os falantes de uma língua e institui no imaginário popular a imagem de uma língua maciça, ou seja, mostra-se como um instrumento que não possui lacunas. Retiram-se, desta forma, todas as possibilidades de interferências decorrentes da sua utilização.

Ao analisarmos a Gramática, porém, percebemos certas rupturas. A ruptura que nos interessa aqui são aquelas referentes à Estilística, uma vez que a Estilística presente na Gramática é aquela que toma por objeto a língua literária. Há na Gramática uma parte reservada à Estilística e que permite "os erros". "Os erros" produzidos por sujeitos em lugares autorizados socialmente ao poder dizer: os literatos. É um "erro" visto com "bons olhos". Assim sendo, há uma relação conflituosa entre a Gramática e a Estilística.

Ao abordar as práticas languageiras orais, a Gramática reserva à Literatura a posição de "porta-voz" do povo. Reconhece a Literatura como "prática languageira legítima e correta". Essa relação entre Gramática e Literatura torna-se interessante, pois a Gramática reconhece como bons autores aqueles que erram, mas que produzem "erros" dentro do que considera erros por razões estético-expressivas.

Por parte da Literatura, esta produz uma realidade lingüística para a Gramática, pois os autores, ao darem vazão à imaginação, produzem expressões que fogem ao considerado padrão correto. Percebe-se uma relação de mão-dupla, na qual ambos recebem e doam suas particularidades.

Neste contexto, a Estilística, que funciona como espaço para complementaridade na Gramática, torna-se o espaço no qual os autores podem transgredir as regras, desde que essas transgressões sejam consideradas

¹ Graduando em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e graduado em Comunicação Social com especialização em Jornalismo pelas Faculdades Integradas do Triângulo (FIT).

² Doutora em Lingüística pela UNICAMP e professora na UFU.

pela Gramática como recursos para praticarem a expressividade de forma bela e artística. No entanto, observamos que não é qualquer autor que pode produzir qualquer erro e este ser inserido na Estilística. É preciso que tal “erro” transpasse beleza e ornamento para isso ocorrer. Autores considerados subversivos em relação à língua não costumam aparecer nas referências dos exemplos gramaticais como, por exemplo, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e José Lins do Rego.

Quanto à questão gramatical, considerando também que o fazer literário tem como base a liberdade artística e de expressão, muitos autores fogem às regras gramaticais. Entretanto, essa fuga torna-se aparente, pois são remetidas a uma questão de estilo e, em decorrência, são dotadas de um valor artístico; havendo, por conseguinte, uma reafirmação da supremacia das normas. É uma espécie de litígio às avessas. Litígio porque separa, às avessas porque esse litígio nunca se dá realmente. Ao contrário, os literatos se mostram unidos aos gramáticos por meio da Estilística.

A Estilística passa a ser uma “válvula de escape” (Agustini, 2005, p. 7) do discurso gramatical para esses literatos transgredirem as normas gramaticais e o elo entre Literatura e Gramática se manter; pois, deve-se dizer, essa relação sustenta-se numa imagem de que a Literatura é, antes de tudo, um caminho para a liberdade de expressão. Expressão que não deve ficar restrita às normas gramaticais, como podemos observar no dizer de Nélide Piñon: “a literatura é o território da liberdade onde ninguém põe cabresto em você” (Piñon *apud* Agustini, 2005, p. 7).

Esse imaginário produz uma dicotomia: às práticas ordinárias, as regras gramaticais e às práticas literárias a possibilidade de transgredi-las por uma questão de expressividade.

Estabelece-se uma relação que nos remete à “metáfora do cabo de força” (Agustini, 2005, p.7). Num extremo a Gramática estabelece suas normas, mas se vale da Estilística para explicar as transgressões permitidas por ela. No outro, a Literatura, que se posiciona como espaço da liberdade do pensamento por meio da escrita e que também se vale da Estilística para justificar seus “erros”. Erros que, é bom deixarmos claro, não podem ser cometidos por qualquer literato, mas apenas por aqueles que são considerados pela Gramática como “bons literatos”.

Conforme Agustini (2005, p. 7), para a Gramática,

O bom literato, portanto, é aquele que ‘erra’, que produz ‘desvios’, mas que o faz com acerto e ornamento, produzindo imagens de beleza e bem-dizer dos referentes construídos na sua prática literária.

Ao produzir suas obras, no seu universo, da Literatura, o literato muitas vezes desvia seu texto dos padrões impostos pela Gramática. Ao fazer isso, numa forma de se defender, vale-se da Estilística e justifica seus “erros” sob a óptica das velhas questões estético-expressivas. Nestes instantes que os literatos se mostram “atravessados” pelo discurso gramatical, ou lhe dá fomento argumentativo.

Isto nos permite concluir que a Gramática e a Literatura são campos que “vivem” em constantes confrontos, pois defendem idéias que ora se completam, ora se afastam umas das outras. Neste processo, torna-se importante observarmos o quanto a Gramática, a Literatura e os literatos mostram-se unidos e complementares. O literato, com base na Estilística, pode justificar seus “erros” como recursos estético-expressivos. Ao fazer isso, “alimenta” a Gramática de subsídios para se defender das acusações de ser estática e distante da oralidade cotidiana.

Os literatos, por sua vez, ao se defenderem, afirmam a todo instante que para dar vazão à sensibilidade estética não podem se ater às regras gramaticais. Exigem o direito de se expressarem da forma como melhor lhes convier. Porém, ao fazer isso, demonstram em seus discursos o quanto suas produções são “atravessadas” pelo discurso gramatical.

2. Os literatos e o fazer literário

Gonçalves Dias já no século XIX destilava em seus textos sua postura de defesa dos textos clássicos e do necessário conhecimento da própria língua.

O conhecimento da própria língua é sem dúvida de uma grande vantagem: escrevê-la bem, qualquer que ela seja, só é dado aos grandes engenhos.

(..)

E isso sempre foi, e é, e há de ser por séculos dos séculos dos séculos porque a língua é a parte material, mas indispensável das concepções do espírito.

(...)

Longe de me opor a semelhante estudo, sou de opinião que se atenda mais e que os literatos se dediquem mais profundamente aos bons autores, gregos e latinos, como complemento da língua pátria: – sou de opinião que o Governo do Brasil, seguindo os princípios de nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons escritores portugueses – pô-los ao alcance de todos. (Dias *apud* Pinto (1978, pp. 33-34))

Porém, para este autor, não se pode desprezar a língua coloquial, que brota na sociedade brasileira. Uma língua que surge da união das três etnias – indígenas, africanos e europeus – e, portanto, não pode ter apenas características lusitanas, o que pode ser considerado excessos de lusitanismo.

Ao fazer a defesa da língua brasileira, falada no Brasil, Gonçalves Dias brada e defende que esta língua não pode seguir parâmetros unicamente portugueses.

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não tem outro nome. Se isto desagrade a Portugal, é grande pena, mas não tem remédio.

Agora, se algumas destas palavras são realmente mal soantes e se não são absolutamente indispensáveis, rejeitem-nas dos escritos sérios, ou somente se aproveitem delas, como o fez Gregório de Matos, para a sátira ou no ridículo.

(...)

Independente da Botânica, Geografia e Zoologia (o que todavia já não é mau contingente) temos imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc., que não são clássicos, mas indispensáveis.

(...)

Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores – os homens da navegação fluvial estão neste caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhes faltam os termos próprios no português clássico? (Dias *apud* Pinto (1978, pp. 36-37))

A personagem pode “errar” ao falar, até mesmo porque se assim não for, muitas vezes não há como caracterizá-la. Ou seja, esse falar “errado” faz parte da construção da personagem. No entanto, se assim se faz necessário é porque nas práticas languageiras reais, “vaqueiros”, “mineiros”, “pescadores” não falam como apregoa o Português clássico.

Ciente de que suas obras muitas vezes não passariam pelo crivo de críticos literários e gramáticos, Gonçalves Dias avisou que tinha feito-as para si mesmo e, caso não agradassem aos outros, o esforço de tê-las produzido já o compensava.

O esforço – ainda vão – para chegar a tal resultado é sempre digno de louvor, talvez seja este o só merecimento deste volume. (Dias. 1974, p.58)

Quando o autor menciona o termo “esforço” quer se referir a produzir uma obra e retratar nela o modo como o povo se expressa. É um trabalho laborioso, mas digno de louvor.

Aos críticos, o desprezo. Assim como observamos nos dizeres e escritos de Gonçalves Dias, também há uma negação aos trabalhos dos críticos nos textos de José de Alencar. Para o autor, a tarefa de glorificar ou não uma obra não cabe aos críticos, mas sim aos leitores, pois, ao escrever, o autor revela-se, deixa-se levar pela inspiração e pelo gosto, não devendo ficar preso às normas gramaticais que tolhem seu trabalho. O produto disso é avaliado pelo público e a este cabe aplaudir ou não, sancionar ou não. Ele, o público, “desprezará o autor que abuse da língua e a trucidar, como despreza aquele que é arrastado às monstruosidades e aleijões do pensamento. Da mesma forma aplaudirá as ousadias felizes da linguagem, como aplaude as harmonias originais e os arrojos do pincel inspirado”. (Alencar *apud* Pinto, 1978, p. 59)

Ao se colocar como vítima de um sistema que exige do autor o respeito às normas, em detrimento de ideais estético-expressivos, José de Alencar diz que a crítica poda a imaginação do literato, que muitas vezes escreve em suas obras o que já era falado há tempos pelo povo. José de Alencar defende, portanto, que a

construção da personagem deve ser pautada por relações sociais ordinárias. Para aqueles que defendem a soberania das regras gramaticais, o autor considera ridícula tal soberania, que estabelece “decretos e apócrifos” aos escritores, baseados em “regrinhas mofentas” (Alencar apud Pinto, 1978, p. 122). Afinal, cabe ao escritor “enfeitar” a realidade, dotá-la de expressividade e sentimento. Se o pajé não fala de acordo com as normas gramaticais esse não é um problema do escritor.

Tais “regrinhas mofentas” prejudicam, conforme José Alencar, a tarefa do escritor, que se vê obrigado a reduzir seu trabalho artístico a algo “engessado”. Assim como “uma fornada de pães”, os autores produzem livros sem características e as obras se tornam “sonsas”, pois perdem a magnitude que uma obra galga quando a tarefa do escritor é bem talhada. É necessário, portanto, dar vazão à expressividade, ao ornamento.

Os livros de agora nascem como flores de estufa, ou alface de canteiro; guarda-se a inspiração de mólho, como se usa com a semente; em precisando, é plantá-la, e sai a coisa, romance ou drama.

Nada mais absurdo do que esperar-se do autor um livro maduramente pensado e corrigido conforme o preceito horaciano – *multa dies multa litura coarctat* – para atirá-lo no voragem donde sai todo êsse borralho do combustível, que impele o trem do mundo. (Alencar apud Pinto (1978, p. 89))

Portanto, é importante ressaltarmos que, para José de Alencar, a língua literária baseada na oralidade cotidiana não deve cair no vulgar ou escracho. Ela deve ser escolhida e limada pelo literato. Mas esta diferença se faz apenas na forma, pois a substância é popular e inalterada, não devendo se prender às normas gramaticais. Para fazer uso dos modos de dizer do povo brasileiro, o literato deve “separar o joio do trigo”, não utilizar a vulgaridade da língua popular. Não poderia fazer apenas uma colheita entre as pessoas e utilizar destas expressões no texto. Isso deveria ser feito de forma artística e bela. “(...) é infalível a influência dos bons escritores: eles talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor.” (Alencar apud Pinto, 1978, p. 74). De forma a tornar a obra uma obra com ornamentos e belezas que fascinam o leitor e que mesmo “erradas”, fossem justificadas pela intenção estético-expressiva, percebemos assim, como José de Alencar sinaliza que, embora parecesse rebelde e contrário à Gramática se enquadra a ela, corroborando-lhe os dizeres que sustentam a parte da Gramática dedicada à Estilística.

Uma civilização pujante como a brasileira não poderia de forma alguma desprezar a sua língua, definida por José de Alencar como “o instrumento das idéias”. “É vã senão ridícula a pretensão de o aniquilar. Não se junte a possante individualidade de um povo jovem a expandir-se ao influxo da civilização, com as teias de umas regrinhas mofentas.” (Alencar apud Pinto, 1978, p. 122).

Conforme Alencar (Alencar apud Pinto, 1978, p. 95),

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?

“Obrinhas curiosas” é a alcunha com que Lima Barreto qualifica, em *Duas relíquias* (Barreto apud Pinto, 1978, p. 398), dois tratados de ortografia encontrados por ele durante uma faxina em sua biblioteca. O autor se mostra surpreso, despreza tais obras e resolve doá-las a algum conhecido. Por essas suas atitudes é possível ver como Lima Barreto desvalorizava a gramática de tradição lusitana e seus fundamentos e regras. Ao assumir uma postura radical, o literato reverbera contra os gramáticos e até mesmo contra a Academia Brasileira de Letras. Ao se rebelar contra a Gramática, Lima Barreto demonstra que é influenciado pelo processo de gramatização da língua, caso contrário, iria apenas ignorar tais “obrinhas curiosas”.

Para revolta de Lima Barreto, alguns escritores insistiam no inexplicável ato de adequar suas obras à gramática lusitana ou se inspirar em escritores portugueses. Isso acabava por produzir obras que nada tinham de verdadeiramente brasileiro. Ao não se adequar às regras gramaticais lusitanas, mas sim retirar da língua do povo uma das bases de suas obras, o autor “comprou brigas homéricas”, mas nunca demonstrou sinais de fraqueza ou medo diante de observações que desmereciam ou diminuía suas produções por questões gramaticais. Para Lima Barreto, a beleza do ofício do literato estava em levar para as páginas de um livro a realidade da vida, de forma bela, em conformidade com o modo de pensar e viver um mundo representado e em respeito aos modos de dizer do povo.

Nos textos de Monteiro Lobato sobre suas obras e seu modo de escrever e ver a questão da língua brasileira, há uma defesa pujante da nacionalidade da língua. Ao interpretar a acolhida que o público leitor deu às obras nas quais a língua brasileira era levada às páginas, o escritor afirma que a grande receptividade indica claramente o recado do povo:

- Se quereis ser lidos, dai-nos coisas novas de bom cunho nacional. (Lobato, 1965, p.4)

Tal fenômeno fez-se acentuado dia após dia, evidenciando a preferência dos leitores por obras cuja linguagem mais se aproximava daquela praticada pelo povo, falada pelo povo. Diante disso, lembra Lobato, cabia aos autores seguir essa tendência, caso não quisessem ter suas obras desprezadas pelos leitores. Para Monteiro Lobato, a obra deve ser um retrato da sociedade, sendo assim não cabe o uso de uma língua que não seja a dela. Autores que praticavam o uso do português lusitano não faziam a arte da literatura brasileira; faziam uma “literatura portuguesa”, nem de lá, nem de cá. Uma literatura séria, comprometida com o povo, deveria seguir as características deste povo. Como ele mesmo afirma, “arte é verdade” (Lobato, 1965, p.9).

Consciente de seu papel de literato, Monteiro Lobato contribui para a disseminação da língua do povo por meio de suas obras. Em *Dialeto caipira* (Lobato, 1967, p.81), explica aos leitores, “aqui tendes a minha contribuição. Juro pela fidelidade do esboço – que assim foi que a vi, a língua nova, brincando menineira em terras de S. Paulo. Façam outros o mesmo. Retratem-na com este carinho, ao norte, ao sul, ao centro – honestamente, sem retoques.”

Em *Dicionário brasileiro* (Lobato, 1967, p.104), Monteiro Lobato defende que num país como o Brasil, não seria possível o uso de palavras portuguesas por parte dos autores nacionais, pois isto faria com que a obra ficasse desprezível e não tivesse nada a ver com o povo brasileiro.

Conforme Lobato (1967, pp.77-78):

Como falar da vida amazônica sem recurso às mil palavras de criação local? Como pintar o Rio Grande sem recorrer ao vocabulário gaúcho. E falar do Rio sem tomar as pitorescas invenções glóticas do cafageste carioca?

Liberdade para se valer da língua brasileira, eis o que Mário de Andrade reivindica em suas obras. Uma liberdade em relação às regras de tradição lusitana e em relação às formas vigentes do fazer literário, como, por exemplo, as rimas, a disposição gráfica dos versos, entre outros. Assim o fazia para não ter que se preocupar exclusivamente com as normas gramaticais que o impossibilitava de dar vazão à sensibilidade estética.

Conforme Andrade (1972, pp. 21-22)

Minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso. Sei embridá-la nas minhas verdades filosóficas e religiosas; porque verdades filosóficas, religiosas, não são convencionais como a Arte, são verdades. Tanto não abuso! Não pretendo obrigar ninguém a seguir-me Costumo andar sozinho.

Nessa citação de Mário de Andrade, observa-se que o locutor, a partir do verbo “saber”, conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, se coloca no lugar daquele que sabe a língua (brasileira) e que, portanto, pode se valer dela com acerto e ornamento, produzindo para si uma auto-autorização de transgredir as regras gramaticais.

Vale ressaltar também que as negativas presentes em, por exemplo, “não abuso”, “Tanto não abuso!” apontam para uma manutenção da relação entre norma gramatical da tradição lusitana e oralidade cotidiana em Mário de Andrade. Uma conjugação que se dá porque a Gramática não atende às necessidades estético-expressivas de nossa sociedade.

Conforme Andrade (1972, pp. 13-14),

Quando sinto a impulsão lírica escrevo sem pensar tudo o que meu inconsciente me grita Penso depois: não só para corrigir, como para justificar o que escrevi.”

Quando o escritor afirma “não só para corrigir”, percebe-se que não há um desprezo à Gramática em si, mas aos modos de dizer que ela dita como corretos e que não abarcam os modos da oralidade cotidiana. Ou melhor dizendo, da língua brasileira. Trata-se sempre de uma reivindicação de inclusão da oralidade brasileira cotidiana na gramática da língua e de uma literatura brasileira legítima.

Mário de Andrade utiliza muito a oralidade cotidiana como forma de valorizar a língua do povo brasileiro. Isto, muitas vezes, o coloca em confronto com a gramática de tradição lusitana.

Conforme Andrade apud Moraes (2001, p. 182),

Não quero imaginar que o meu brasileiro – *o estilo que adotei* – venha a ser o brasileiro de amanhã. Não tenho essa pretensão, juro. Por outro lado se eu não fizesse essa sistematização eu seria um escritor sentimentalmente popular e quero ser um escritor culto e literário.

Nesse recorte, as negativas e a jura produzem um efeito de modéstia em relação ao locutor que, dado o caráter oral do texto, funciona como uma resposta ao outro que aparece embutido aí sob a imagem de opositor à posição do locutor. Dessa forma, a reivindicação de uma língua brasileira se transpõe a uma necessidade literária: a característica que o definiria como “escritor culto e literário”. Portanto, os sentidos deslizam de uma questão lingüística, mais especificamente da política de língua para uma questão estilística e literária.

Considerando difícil o ato de escrever nos dias atuais, Euclides da Cunha transmite em seus textos a idéia que os leitores e críticos devem aceitar com bons olhos as mudanças da língua e não ficarem seguindo apenas preceitos gramaticais ultrapassados, porque permanecem pautados na tradição lusitana.

“O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber”. Neste pequeno trecho, que encerra o prefácio de *Tutaméia*, (Rosa, 1979. p.12), fica evidente que, para Guimarães Rosa, o livro é um espaço pequeno para expressar tudo o que o autor tem vontade de escrever, tudo o que ele (re)cria não depõe contra o sistema da língua; apenas não está instituído como correto na e pela Gramática.

Guimarães Rosa não se ateu às normas prescritivas da tradição lusitana, escrevia em bom brasileiro. Tanto é assim que o autor hoje é reverenciado. Ao realizar verdadeiras “acrobacias com palavras”, infunde-se aos seus textos um estilo particular, que várias vezes cai em contradição com o discurso gramatical normativo.

Conforme Rosa (1984, p. 8),

Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me, por completo, de que algum dia já tivessem existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidades e tradições – no tempo e no espaço. Isso, porque: na panela do pobre, tudo é tempero. E, conforme aquele sábio salmão grego de André Maurois: um rio sem margens é o ideal do peixe.

Os dizeres de Rosa, a partir de certas marcas, como, por exemplo, “rezei” e “ideal”, apontam para um desejo: a liberdade para escrever como lhe aprouver. No entanto, não transpõe o desejo. Portanto, assim como um peixe que não quer encontrar margens à sua frente, Guimarães Rosa também não gostava de lembrar que existiam normas às quais suas obras deveriam se adequar. Queria ter liberdade para criar, para desenvolver seus textos, para dar vazão à sensibilidade estética, independente de agradar ou não aos gramáticos, de estar ou não em acordo com as normas gramaticais. No entanto, não deixa de considerar os preceitos gramaticais na medida do possível.

Para Guimarães Rosa, a língua utilizada em obras literárias deve se ater às amarras da gramática e um autor, ao produzir, não pode perder isto de vista. Não deve ficar restrito às normas que o impossibilita de produzir. Ao escrever, o literato deve se deslumbrar, viajar pelo pensamento e pelas lembranças. Após isto ocorrer, é que ele pode “retrabalhar” a obra literária, orná-la e dilapidá-la.

(...) melhor vale o escrever com a minha alma e a minha língua carregadas de impurezas, mas o meu escrever, do que a correção gramatical (...) (Rego apud Junqueira (1981, p. 94))

Guiando-nos pelos textos escritos por José Lins do Rego sobre o fazer literário, observamos que, se formos classificá-lo de acordo com Lima Barreto, classificamos como “grande”. Chamando de “língua de

estufa” (*As duas línguas*, in *Dias idos e vividos*, 1981, p. 102) a língua preconizada pelos gramáticos, José Lins do Rego desconsidera qualquer mérito que alguém possa atribuir à Gramática como guia de modos de bem falar e de bem escrever. Para ele, a Literatura não deve funcionar como algo que está submetido às normas gramaticais, mas sim um espaço no qual o autor possa depositar alegrias, protestos, anseios, tristezas; enfim, sentimentos e emoções. Isso tudo sem medo ou preocupações se produz em acordo com as normas gramaticais.

A literatura, na visão de José Lins do Rego, deve receber de bom grado as contribuições do povo. Desta forma, ela se faz viva, imortal, pois é um retrato da sociedade na qual é produzida. Os leitores, ao lerem tais obras, se identificam com elas, mesmo que sejam rechaçadas pela crítica literária ou pelos gramáticos.

Conforme Rego *apud* Junqueira (1981, p. 104),

As literaturas que recebem contribuição popular são as vivas, as grandes. Goethe ia ao povo para sentir a força dos *lieds*, a música que dorme na alma popular. É um gênio, um criador como Tolstoi, carecendo também da seiva da terra. Sem o barro humano, sem a massa espessa do povo, não faria nada.

São assim as literaturas que pretendam sobreviver. Terão que ligar-se às dores da terra. Terão que adotar as invenções e as descobertas do irmão-povo, senão se transformarão em pobres damas enfermiças, com medo do sol, da chuva, da vida.

A língua do povo; eis a fonte de onde José Lins do Rego se vale para produzir suas obras. Essa língua permite que se produza imagens belas, principalmente no que diz respeito às relações sociais no seu dia-a-dia. Essa produção está ligada diretamente ao modo de viver das pessoas, do povo. Por meio dela, este povo se expressa, por meio dela a Literatura deve se fazer; desta forma, mantém-se viva sempre.

É na língua onde o povo mais se mostra criador. Mais do que cantando, é falando que o povo nos ensina coisas extraordinárias. Por que então desprezar a contribuição que ele nos oferece a cada instante? Por que nos metemos em câmaras anti-sépticas para escrever? (Rego *apud* Junqueira, 1981, p. 104)

A língua que se cria no povo quando procura dar uma imagem da vida, de uma dor, de uma alegria, brota como água do rio. É impetuosa às vezes, e às vezes tem a doçura das fontes de pé-de-serra. É a língua da natureza. (Rego *apud* Junqueira, 1981, p. 103)

Negando-se também a seguir as normas gramaticais de tradições lusitanas, José Lins do Rego por várias vezes foi criticado. Manteve-se firme em suas convicções.

(...) prefiro continuar como sou, incorreto, mas claro, sem a riqueza vocabular dos estilistas, mas fácil, e capaz de chegar ao entendimento de todos. (Rego *apud* Junqueira, 1981, p. 04)

3. Vozes se cruzam no imaginário sobre o fazer literário

Observamos, por meio das análises, que o literato reclama certa liberdade de expressão para produzir textos literários com acerto e ornamento. O literato reivindica também poder valer-se da língua brasileira, já que se trata do elemento que identifica a Literatura brasileira por excelência. Essa liberdade reivindicada, muitas vezes, contraria os preceitos da Gramática de tradição lusitana quanto ao modo de bem falar e de bem escrever.

Gonçalves Dias valoriza os clássicos e defende que os autores de sua época devem conhecer tais clássicos para, assim, produzir suas obras com beleza e uma linguagem rica. Para o escritor, os clássicos são indispensáveis em qualquer época e aos literatos que queiram realmente inserir seus nomes entre os grandes produtores de obras literárias, precisam ter conhecimento da língua que utilizam e de suas origens.

Já nos textos de José de Alencar, encontramos uma defesa dos clássicos que se faz ressaltando a sua importância, mas em sua época específica e não na atualidade de José de Alencar. O literato é categórico ao defender que os clássicos tiveram importância na época em que produziram suas obras literárias e que hoje devem ser vistos e lidos como uma fonte de estudo e de admiração, mas não um exemplo de escrita literária a ser seguido.

Essas diferentes posturas, adotadas por Gonçalves Dias e José de Alencar sobre o mesmo assunto,

evidenciam que os escritores não pensam sempre da mesma forma sobre o fazer literário. Porém, os dois autores mostram-se em uma mesma linha de filiação quando defendem que a língua do povo é a que deve ser utilizada nos textos literários. Gonçalves Dias defende o conhecimento da língua culta; mas quanto à adoção, acredita que esta deve ser inspiração para o fazer literário, mas não uma adoção irrestrita, pois defende uma gramática desenvolvida em respeito à língua do povo, em detrimento da Gramática de Língua Portuguesa de tradição lusitana. Isto é uma forma de valorizar o povo brasileiro e a língua brasileira.

O uso da língua do povo é também defendido nas obras literárias de José de Alencar. Para ele, deve haver um certo desprezo às regras gramaticais portuguesas e uma valorização da Língua Brasileira. José de Alencar, além de defender a Gramática de Língua Portuguesa, diz que o literato deve se apoderar de falares do povo no seu cotidiano. Porém, não deve fazer isso de qualquer modo. Cabe ao literato selecionar aquelas expressões que enriqueçam a obra, ao invés de deixá-la vulgar. Essa seleção precisa ser feita de forma consciente e laboriosa, assim a produção do autor eleva seu nome e se mantém como uma obra que, ao menos pelo povo, é lida, respeitada e aprovada. Tal aprovação se faz pelo fato de o povo ler nas obras aquilo que fala, do modo como fala. Detalhe que torna a leitura prazerosa, pois também fica mais fácil de ser compreendida.

Esta postura observada em José de Alencar, em relação às normas gramaticais é observada também nos textos de Lima Barreto. Esse literato despreza as regras gramaticais de tradição lusitana, chegando a tratar, como já mencionamos, tratados de ortografia como textos sem importância. O autor reclama uma liberdade que conceda a ele o direito de se expressar em brasileiro. Em Lima Barreto, percebe-se uma atitude que para muitos pode ser considerada extremamente radical, devido à sua rejeição às regras provenientes da Europa e expressas nas gramáticas de tradição lusitana. Para Lima Barreto, se adequar às tais normas era não produzir de acordo com o Brasil, seu povo, sua língua, suas tradições e seus costumes. Sendo assim, esta produção não tem sentido, não tem utilidade e não terá futuro garantido entre as obras dignas de respeito e de admiração na literatura brasileira.

A língua que brota no seio da sociedade é língua indomada para Monteiro Lobato. O autor afirma que a língua do povo já é uma língua diferente e aceitá-la como oficial é apenas uma questão formal. Regionalismos são inquestionáveis e se fazem a todo instante de acordo com as necessidades e situações que surgem no dia-a-dia dos falantes. Sendo assim, Monteiro Lobato reconhece e exige que esta seja a língua tida como oficial do Brasil. Língua que, não só ele, mas também os demais literatos devem fazer uso ao produzir suas obras. Para ele, tais obras devem retratar o povo, por meios de palavras, dizeres, gírias, regionalismos, enfim, suas particularidades languageiras.

Mário de Andrade é outro autor que também “exige” liberdade para poder escrever composições literárias. Considerado inclusive por seus contemporâneos literários como um autor que desejava criar sua gramática, Mário de Andrade exige uma liberdade ampla ao literato. Na sua época, não havia a mesma postura em relação à gramática de tradição lusitana observada em momentos literários anteriores, como na época de Gonçalves Dias e José de Alencar. As regras gramaticais já haviam sofrido modificações, mas ainda se faziam em discordância com a língua brasileira observada na sociedade dos anos 20, do século XX. Por estar inserido no movimento Modernista, que preconizava o desrespeito às normas gramaticais de tradições lusitanas, Mário de Andrade acentua a defesa da liberdade gramatical no momento de criação de uma obra literária. O escritor também acredita que cada literato deve observar e colher na região onde produz a linguagem que é utilizada. Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste ou Sul, estas cinco regiões brasileiras devem ser observadas num estudo literário, pois se o escritor reside em qualquer uma delas, deve então retratá-la com fidelidade não somente quanto à sua paisagem, por exemplo, mas também quanto ao seu modo de falar.

Se cada região possui sua língua, essa então deve ser retratada da mesma forma que o Brasil de modo geral. Assim se coloca Euclides da Cunha em relação à questão da produção literária quanto à linguagem utilizada nela. Brasil e Portugal são países distintos, portanto cada um possui os seus modos de falar e não há como classificar um como melhor, superior e exemplo a ser seguido pelo outro quando o assunto é linguagem. Diante disso, Euclides da Cunha solicita o direito de poder realizar suas produções de acordo com o português falado no Brasil, uma vez que é neste país que elas são feitas.

Guimarães Rosa é outro autor que também se posiciona contra a questão de seguir normas gramaticais portuguesas. Antes de tudo, a língua do povo é que deve constar das obras literárias. Não satisfeito em ser “podado” na hora de escrever, Guimarães Rosa produziu um léxico particular a partir dos jogos de linguagem. O que evidencia a sua postura contrária quanto à questão de produzir obras em consonância com a gramática portuguesa. Ao levar o Brasil para as páginas de seus livros, Guimarães Rosa levou também o

falar deste país, mesmo que o ato fosse visto como uma transgressão por muitos críticos ou gramáticos. A preocupação de Guimarães Rosa voltava-se para a estética, o artístico, meio a partir do qual é possível refutar críticas e alçar transgressões a recursos estilísticos.

José Lins do Rego foi também um escritor que buscou no povo a linguagem que deve constar duma obra literária. Para ele, é melhor ser considerado errado pelos gramáticos e críticos, do que ser incompreendido pelo povo que o lê. Tal povo que deve ser respeitado em suas obras, pois é deste povo que surge a verdadeira língua do Brasil e, portanto, a verdadeira Literatura Brasileira. Uma língua rica que torna uma obra literária imortal quando a abarca, considerada por José Lins do Rego como bela e indomada como a natureza brasileira.

4. Considerações finais: e fez-se a paz ainda que em guerra

Ao finalizarmos nosso artigo sobre como o discurso gramatical afeta o imaginário dos literatos sobre o fazer literário e sobre os dizeres dos literatos sobre esta interferência, chegamos à conclusão que o imaginário dos literatos mostra-se atravessado pelo discurso gramatical e ao defenderem uma liberdade para suas criações, os literatos corroboram com o discurso gramatical, uma vez que a Gramática reserva aos bons literatos o direito de transgredir as regras gramaticais, tendo como justificativa o uso de recursos estilísticos para produzir imagens belas, com o uso de recursos estético-expressivos.

Lemos e analisamos um número considerável de textos, como, por exemplo, textos de Gonçalves Dias, José de Alencar, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e José Lins do Rego, escritores que concordam que o autor não precisa se prender às regras gramaticais de tradições lusitanas para produzir suas obras, mas à língua popular, à língua brasileira.

Os autores analisados defendem que o literato, o bom literato, produz obras de singular importância quando “mergulha” na fala do povo e dela extrai o sub-extrato para sua obra. A este literato cabe a preocupação com o belo e com o artístico, não com a questão gramatical portuguesa.

Todos os literatos, ao fazerem isso, defendem um estilo brasileiro de fazer literatura e acabam corroborando com os dizeres gramaticais, que afirmam o estilo como transgressão às normas. Uma transgressão que se dá a partir de uma intenção estético-expressiva e, mesmo que gramaticalmente seja considerada errada, se faz bela por retratar o modo como os falantes brasileiros falam.

Dizemos que a Gramática passa a idéia de uma língua única e falada de modo igual em todo o território brasileiro e que uma análise mais aprofundada mostra rupturas no discurso gramatical, no que tange à Estilística. Se a Estilística é o espaço para os chamados “bons erros literários”, torna-se então desnecessário para os literatos exigirem esse direito. No entanto, eles exigem esse direito e acabam produzindo uma bela relação entre a Literatura e a Gramática. Bela, pois, a Gramática reserva à Literatura o direito ao “erro” e a Literatura produz para a Gramática exemplos que são por ela analisados e citados em seu *corpus*. Ao se posicionar como espaço onde o povo se mostra verdadeiramente, a Literatura colhe deste povo a sua língua e isso contribui para os literatos darem vazão à sensibilidade estética e à produção de obras que reflitam o seu imaginário da sociedade e o modo como o povo vive e se exprime.

Portanto, concluímos que, apesar de a Literatura e a Gramática apresentarem-se como “inimigas”, jogando em campos opostos sobre a legislação relativa à língua (nacional), a relação de aliança entre elas verdadeiramente não se rompe, mantém-se o “fio” por meio da produção de um imaginário de que o literato não transgredir as regras, somente trabalha artisticamente a língua, subvertendo-a em nome do ornamento e da expressividade. Por isso, essa relação produz uma circularidade cujo efeito subjacente é o de que há um litígio entre a Gramática e a Literatura; quando, com efeito, é essa mesma circularidade que as sustentam, cada uma a seu modo e especificidade.

5. Referências bibliográficas

AGUSTINI, C. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas, SP: Pontes. 2004.

AGUSTINI, C. *O imaginário da relação entre língua literária e gramática na voz dos literatos*. In: *Questão de escrita*. Passo Fundo, RS. UPF. 2005. pp. 66-83.

ANDRADE, Mário de. *Prefácio interessantíssimo*, in: *Poesias completas*. São Paulo: Martins. Brasília: INL. 1972, pp. 13-31.

- ANDRADE, Mário de; in: MORAES, Marco Antônio (org). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira / organizada, introdução e notas Marco Antônio de Moraes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2ª ed. 2001, pp. 181-188. (Coleção Correspondência de Mário de Andrade; 1)
- DIAS, Antônio Gonçalves. *Prólogo (aos Primeiros Cantos)*. In: *Ainda uma vez – Adeus! Poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: J. Aguilar; Brasília, INL. 1974.
- GINZBURG, C. (1986). *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas e sinais*. Trad. bras. São Paulo. Companhia das Letras, 1991, pp. 143-180.
- JUNQUEIRA, Ivan (org). *Dias idos e vividos: antologia de José Lins do Rego / seleção, organização e estudos críticos de Ivan Junqueira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981, pp. 101-102.
- LOBATO, Monteiro. *Dialeto caipira*. In: *A onda verde e o presidente negro*. São Paulo: Brasiliense. 1967, pp. 76-82.
- LOBATO, Monteiro. *O dicionário brasileiro*. In: *A onda verde e o presidente negro*. São Paulo: Brasiliense. 1967, pp.101-107.
- LOBATO, Monteiro. *Visão geral da literatura brasileira*. In: *Críticas e outras nota*. São Paulo: Brasiliense. 1965, pp.3-9.
- PINTO, Edith Pimentel (org). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1978.
- ROSA, João Guimarães. *Aletria e hermenêutica*. In: *Tutaméia (terceiras histórias)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1979, pp. 3-12.
- ROSA, João Guimarães. *Carta de Guimarães Rosa a João Condé, revelando segredos de Sagarana*. in: In: *Sagarana*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1984, pp. 7-11.